



Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

**Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PDTIC 2022-2025**

**1. Preparação
1.4. Consolidar Documentos de Referência**

São João del-Rei, MG

Sumário

1. Introdução	3
2. Lista de SIGLAS	4
3. Orientações do Guia de PDTIC do SISP	5
4. Documentos de referência do PDTIC 2022-2025	6
4.1 Leis de Referência	6
4.2 Portarias de Referência	8
3.3 Decretos de Referência	11
3.4 Instruções Normativas de Referência	14
3.5 Resoluções de Referência	17
3.6 Outros Documentos de Referência	18
3.7 Documentos de Referência da UFSJ	19
4. Conclusão	21
6. Referências	22

1. Introdução

Este documento contém as informações sobre a metodologia de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

Baseado nas orientações dispostas no Guia de PDTIC do SISP, versão 2.0, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, do ano de 2016, trata-se de um documento que contém as informações sobre o subprocesso **1.4. Consolidar Documentos de Referência**, do processo 1. Etapa de Preparação, correspondente à Elaboração do PDTIC, definidas pela Equipe de Elaboração do PDTIC – EqEPDTIC.

2. Lista de SIGLAS

DSIC	Departamento de Segurança da Informação e Comunicação
GSIPR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
ME	Ministério da Economia
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
PGEB	Programa de Governo Eletrônico Brasileiro
PR	Presidência da República
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SEDGGD	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação

3. Orientações do Guia de PDTIC do SISP

A Figura 1 exibe o resumo das orientações acerca do subprocesso **1.4. Consolidar Documentos de Referência**, conforme disposto na página 33, do Guia de PDTIC do SISP, versão 2.0.

1.4. Consolidar documentos de referência	<p>Objetivo: Identificar e reunir os documentos que serão utilizados como referência para a elaboração do PDTIC.</p>
	<p>Responsável: Equipe de Elaboração do PDTIC.</p>
<p>Entradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos de direcionamento e planejamento de governo, do SISP e da organização; • Referências na Legislação: leis, decretos, instruções normativas, etc; 	
<p>Descrição das Tarefas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e reunir os documentos mais relevantes que serão utilizados como referência para a elaboração do PDTIC, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Plano Plurianual – PPA; • Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; • Lei Orçamentária Anual – LOA; • Estratégia de Governança Digital – EGD; • Plano Estratégico Institucional – PEI; • Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETIC (quando houver); • Regimento Interno da Organização; • Competências Legais da organização; • Planejamento de TIC anterior; • Relatório de Resultados do PDTIC anterior – RR-PDTIC; • Modelos e Padrões de Governo Eletrônico: ePING, eMAG, ePWG; • Leis, decretos, instruções normativas, acórdãos e demais regulamentações; • Portal Guia de Serviços Públicos do Governo Federal (http://www.servicos.gov.br); • Outros documentos pertinentes. <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os documentos de referência representam a primeira atividade no sentido de iniciar o alinhamento das ações de TIC com as diretrizes de governo, do SISP e da própria organização. Visa também a identificar a necessidade de manter a conformidade com leis e regulamentações pertinentes. • Os documentos de referência constantes nessa seção serão utilizados para apoiar a extração dos princípios e diretrizes – uma das próximas atividades do Guia. • Ao longo da elaboração do PDTIC a lista de documentos de referência deve ser revista, de forma a manter-se atualizada. 	
<p>Saídas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lista dos documentos de referência (<i>compõe a minuta do PDTIC</i>). 	

Figura 1 - Consolidar documentos de referência

4. Documentos de referência do PDTIC 2022-2025

Conforme orientado no manual de PDTIC do SISP, na etapa de elaboração do PDTIC, os documentos de referência são utilizados para o alinhamento das ações de TIC com as diretrizes governamentais e institucionais, mantendo-se as conformidades legislativas e regulamentares condizentes. Durante a consolidação, conforme disposto nas tabelas abaixo, foram observadas 11 leis, 22 portarias, 22 decretos, 15 instruções normativas, 3 resoluções, 7 guias, 1 acórdão e 18 documentos de referência da Instituição, relacionados à elaboração do PDTIC 2022-2025 da UFSJ.

4.1 Leis de Referência

Leis			
ID	Documento	Fonte	Ano
L-1	LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.	PR	2021
L-2	LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020 Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.	PR	2020
L-3	LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019 Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.	PR	2019
L-4	LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.	PR	2019
L-5	LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	PR	2018

L-6	LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017 Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.	PR	2017
L-7	LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.	PR	2014
L-8	LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012 Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos	PR	2012
L-9	LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	PR	2011
L-10	LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	PR	2002
L-11	LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	PR	1993

4.2 Portarias de Referência

Portarias			
ID	Documento	Fonte	Ano
P-1	PORTARIA Nº 587, DE 10 DE MARÇO DE 2021 Institui a Política de Segurança da Informação da Controladoria-Geral da União.	CGU	2021
P-2	PORTARIA SGD/ME Nº 6.432, DE 15 DE JUNHO DE 2021 Estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.	ME/SEDGGD/SGD	2021
P-3	PORTARIA Nº 32, DE 20 DE JANEIRO DE 2020 Estabelece diretrizes e procedimentos para planejamento, organização, instrução das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério da Educação.	MEC	2020
P-4	PORTARIA INTERMINISTERIAL SEME/SGPR SGD/SEDGG/ME Nº 1, DE 7 DE AGOSTO DE 2020 (*) Estabelece parâmetros para acompanhamento da execução da Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e aprova planos de Transformação Digital.	PR	2020
P-5	PORTARIA Nº 18.152, DE 4 DE AGOSTO DE 2020 Altera a Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.	ME/SEDGGD/SGD	2020
P-6	PORTARIA Nº 540, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020 Disciplina a implantação e a gestão do Padrão Digital de Governo dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.	PR	2020
P-7	PORTARIA Nº 39, DE 9 DE JULHO DE 2019 Dispõe sobre procedimentos para a unificação dos canais digitais e define regras para o procedimento de registro de endereços de sítios eletrônicos na internet e de aplicativos móveis do Governo Federal.	ME/SEDGGD/SGD	2019
P-8	PORTARIA Nº 23, DE 4 DE ABRIL DE 2019	ME/SEDGGD/SGD	2019

	Dispõe sobre diretrizes, competências e condições para adesão à Rede Nacional de Governo Digital.		
P-9	PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 14 DE MARÇO DE 2019 Institui o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Transformação Digital no Poder Executivo federal.	ME/SEDGGD/SGD	2019
P-10	PORTARIA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019 Dispõe sobre o preenchimento do Autodiagnóstico no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.	ME/SEDGGD/SGD	2019
P-11	PORTARIA Nº 778, DE 4 DE ABRIL DE 2019 Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.	ME/SEDGGD/SGD	2019
P-12	PORTARIA Nº 41, DE 3 DE SETEMBRO DE 2019 Declara a alteração e a revogação de atos normativos, para fins do disposto no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.	SGD	2019
P-13	PORTARIA Nº 6.432, DE 11 DE JULHO DE 2018 Dispõe sobre a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.	MPDG/STIC	2018
P-14	PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 176, DE 25 DE JUNHO DE 2018 Dispõe sobre a vedação de exigência de documentos de usuários de serviços públicos por parte de órgãos e entidades da Administração Pública federal.	MPDG	2018
P-15	Portaria Nº19/2017 MPDG/STI Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.	MPDG/STI	2017
P-16	PORTARIA Nº 4, DE 6 DE MARÇO DE 2017 Dispõe sobre recomendações técnicas para mensuração de software ou de resultados de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, e dá outras providências.	MPDG/STI	2017
P-17	PORTARIA Nº 40, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016 Institui o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações como ferramenta de planejamento	MPDG/STI	2016

	a ser consolidada pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo federal - SISP.		
P-18	PORTARIA Nº 20, DE 14 DE JUNHO DE 2016 Dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.	MPDG/STI	2016
P-19	PORTARIA Nº 92, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014 Institui a arquitetura ePING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), que define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico.	SLTI	2014
P-20	PORTARIA Nº 11, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008 Aprova a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP na versão de 2008	SLTI	2008
P-21	Portaria nº 03, de 07 de maio de 2007 Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP;	SISP	2007
P-22	PORTARIA NORMATIVA Nº 5, DE 14 DE JULHO DE 2005 Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do Documento.	SISP	2005

3.3 Decretos de Referência

Decretos			
ID	Documento	Fonte	Ano
D-1	<p>DECRETO Nº 10.641, DE 2 DE MARÇO DE 2021 Altera o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.</p>	PR	2021
D-2	<p>DECRETO Nº 10.609, DE 26 DE JANEIRO DE 2021 Institui a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado.</p>	PR	2021
D-3	<p>Decreto Nº 10.332, de 28 de abril de 2020 Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.</p>	PR	2020
D-4	<p>Decreto Nº 10.230 de 05 de fevereiro de 2020 Altera o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do Poder Executivo Federal.</p>	PR	2020
D-5	<p>Decreto Nº 10.222 de 05 de fevereiro de 2020 Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.</p>	PR	2020
D-6	<p>DECRETO Nº 10.278, DE 18 DE MARÇO DE 2020 Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.</p>	PR	2020
D-7	<p>DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020 Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.</p>	PR	2020
D-8	<p>DECRETO Nº 10.403, DE 19 DE JUNHO DE 2020</p>	PR	2020

	Altera o Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.		
D-9	DECRETO Nº 9.854, DE 25 DE JUNHO DE 2019 Institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas.	PR	2019
D-10	DECRETO Nº 9.756, DE 11 DE ABRIL DE 2019 Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal.	PR	2019
D-11	DECRETO Nº 9.903, DE 8 DE JULHO DE 2019 Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.	PR	2019
D-12	DECRETO Nº 10.046, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019 Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.	PR	2019
D-13	DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.	PR	2019
D-14	Decreto Nº 9.319, de 21 de março de 2018 Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.	PR	2018
D-15	Decreto Nº 9.637 de 26 de dezembro de 2018 Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.	PR	2018
D-16	DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017 Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e	PR	2017

	substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)		
D-17	DECRETO Nº 8.777, DE 11 DE MAIO DE 2016 Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal	PR	2016
D-18	Decreto nº 8.936, de 29 de dezembro de 2016 institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;	PR	2016
D-19	DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015 Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	PR	2015
D-20	DECRETO Nº 8.135, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013 Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.	PR	2013
D-21	DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012 Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	PR	2012
D-22	Decreto Nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP, do Poder Executivo federal.	PR	2011

3.4 Instruções Normativas de Referência

Instruções Normativas			
ID	Documento	Fonte	Ano
I-1	<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 5, DE 11 DE JANEIRO DE 2021</p> <p>Regulamenta os requisitos e procedimentos para aprovação de contratações ou de formação de atas de registro de preços, a serem efetuados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, relativos a bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC.</p>	ME/SEDGGD/SGD	2021
I-2	<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 23 DE MARÇO DE 2021</p> <p>Altera a Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.</p>	ME/SEDGGD/SGD	2021
I-3	<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA GSI/PR Nº 3, DE 28 DE MAIO DE 2021</p> <p>Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.</p>	PR	2021
I-4	<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 128, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020</p> <p>Dispõe sobre as condições a serem observadas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista para a adesão ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011.</p>	ME/SEDGGD/SGD	2020
I-5	<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 27 DE MAIO DE 2020</p> <p>Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.</p>	PR	2020
I-6	<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 24 DE JULHO DE 2020</p> <p>Altera a Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.</p>	PR	2020
I-7	<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 90, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020</p> <p>Altera o § 2º do art. 2º da Instrução Normativa nº 2, de 4 de abril de 2019, para acrescentar hipóteses de inaplicabilidade da</p>	ME/SEDGGD/SGD	2020

	necessidade de aprovação, pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, de propostas de contratação de bens ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC com valor global estimado do objeto superior a 20 (vinte) vezes o previsto no art. 23, inciso II, alínea "c", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.		
I-8	INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 117, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020 Dispõe sobre a indicação do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	ME/SEDGGD/SGD	2020
I-9	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019 Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.	ME/SEDGGD/SGD	2019
I-10	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 202, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019 Altera a Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.	ME/SEDGGD/SGD	2019
I-11	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2019 Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.	ME/SEDGGD/SG	2019
I-12	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 4 DE ABRIL DE 2019 Regulamenta o art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e o art. 22, § 10 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e dispõe sobre a composição e as competências do Colegiado Interno de Referencial Técnico.	ME/SEDGGD/SGD	2019
I-13	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.	MPDG/SG	2017
I-14	INSTRUÇÃO NORMATIVA SECOM-PR Nº 8 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014	SECOM	2014



	Disciplina a implantação e a gestão da Identidade Padrão de Comunicação Digital das propriedades digitais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá outras providências.		
I-15	INSTRUÇÃO NORMATIVA No 4, DE 12 ABRIL DE 2012 Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA	SLTI	2012

3.5 Resoluções de Referência

Resoluções			
ID	Documento	Fonte	Ano
R-1	RESOLUÇÃO CCGD/ME Nº 5, DE 12 DE JANEIRO DE 2021 Institui o Cadastro Base de Endereço, nos termos do disposto no art. 21, inciso XI, do Decreto nº 10.046, de 2019.	ME/SEDGGD/SGD	2021
R-2	RESOLUÇÃO Nº 4, DE 14 DE ABRIL DE 2020 Disponibiliza o Guia de Boas Práticas para Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados na Administração Pública Federal.	ME/SEDGGD	2020
R-3	Resolução nº 2, de 24 de março de 2017. Aprova os Termos de Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos.	MPDG	2017

3.6 Outros Documentos de Referência

Outros Documentos

ID	Documento	Fonte	Ano
O-1	Acórdão 484/2021-TCU Determina a implantação de processo eletrônico pelas IFES	TCU	2021
O-2	Guia de Boas Práticas Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	SISP	2020
O-3	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING	PGEB	2018
Q-4	Guia de Governança de TIC do SISPV2.0	SISP	2017
O-5	Guia do PDTIC - SISPV2 Disponibiliza informações para auxiliar a elaboração e o acompanhamento de um Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação – PDTIC, com conteúdo e qualidade mínimos para aprimorar a gestão da Tecnologia da Informação nos órgãos da Administração Pública Federal – APF.	SISP	2016
O-6	Método de Dimensionamento do Quadro de Pessoal de TIC do SISP	SISP	2015
O-7	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMAG	MPOG/SLTI	2014
O-8	Guia de Comitê de TI do SISP	SISP	2013

3.7 Documentos de Referência da UFSJ

Documentos de Referência - UFSJ			
ID	Documento	Fonte	Ano

U-1	Resolução nº 007, de 05 de abril de 2021 Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2019-2021	UFSJ/CONSU	2021
U-2	Planejamento Estratégico Setorial 2020-2023 - UFSJ	UFSJ	2020
U-3	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PDTIC – 2019-2021 Estabelece diretrizes para o processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações – GRSIC nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta – APF.	UFSJ/CONSU	2020
U-4	Resolução nº 023, de 09 de novembro de 2020 Estabelece as normas de uso do serviço de e-mail Institucional da Universidade Federal de São João del-Rei.	UFSJ/CONSU	2020
U-5	RESOLUÇÃO Nº 025, de 9 de setembro de 2019 Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSJ.	UFSJ/CONSU	2019
U-6	Resolução nº 017, de 14 de maio de 2018 Cria o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) da UFSJ, aprova seu Regimento Interno e dá outras providências.	UFSJ/CONSU	2018
U-7	Resolução nº 008, de 24 de maio de 2011 Estabelece procedimentos para o desenvolvimento e manutenção de Sistemas de Informação na UFSJ.	UFSJ/CONSU	2011
U-8	Estatuto da UFSJ	UFSJ	2011
U-9	Resolução nº 014, de 04 de maio de 2009 Altera Resolução/CONSU nº 030, de 29/05/06, que estabelece regras de constituição e as atribuições da Comissão de Informática – COINF – da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.	UFSJ/CONSU	2009
U-10	Resolução nº 010, de 25 de novembro de 2009 Autoriza a implantação do software público livre (BrOffice) em toda a UFSJ em sistema operacional Linux ou sistema operacional Windows.	UFSJ/CONSU	2009
U-11	Resolução nº 009, de 25 de novembro de 2009 Define critérios para o acesso de conteúdos da Internet pela comunidade universitária da UFSJ.	UFSJ/CONSU	2009
U-12	Resolução nº 007, de 09 de março de 2009 Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Tecnologia da Informação.	UFSJ/CONSU	2009
U-13	Resolução nº 046, de 25 de setembro de 2006 Estabelece regras para a utilização do sítio da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.	UFSJ/CONSU	2006

U-14	Resolução nº 033, de 12 de junho de 2006 Aprova Regimento Interno da Comissão de Informática da Universidade Federal de São João del-Rei – COINF/UFSJ.	UFSJ/CONSU	2006
U-15	Resolução nº 030 de 29 de maio de 2006 Estabelece regras de constituição e as atribuições da Comissão de Informática – COINF – da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.	UFSJ/CONSU	2006
U-16	Regimento Geral da UFSJ	UFSJ	2005
U-17	Resolução nº 015, de 06 de dezembro de 1999 Fixa normas de execução dos serviços de manutenção em equipamentos de informática da FUNREI.	UFSJ/CONSU	1999
U-18	Resolução nº 001, de 15 de março de 1999 Dispõe sobre o acesso, o uso e a administração da rede INTERNET via ponto de acesso da FUNREI.	UFSJ/CONSU	1999

4. Conclusão

Orientando-se pelas disposições do Guia de PDTIC do SISP, versão 2.0, do MP, do ano de 2016, as informações do subprocesso 1.4. Consolidar documentos de referência, do processo 1. Etapa de Preparação, correspondente à Elaboração do PDTIC, foram definidas pela EqEPDTIC.

Com a intenção de manter a conformidade com as leis e regulamentações vigentes, assim como no sentido de alinhar as ações de TIC com as diretrizes governamentais e institucionais, os documentos

de referência foram utilizados para extração das principais informações correspondentes na elaboração do PDTIC 2022-2025.

A EqEPDTIC realizou as consultas aos documentos de referência listados ao longo do ano de 2021. Todos os documentos de referência listados foram acessados através de meio eletrônico. Reitera-se que, ao longo da elaboração do PDTIC 2022-2025 da UFSJ, a lista de documentos de referência deve ser revista, de forma a manter-se atualizada.

6. Referências

1. BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Guia de PDTIC do SISP. Brasília, DF: [s. n.]. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/sisp/documentos/guia-de-pdtic-do-sisp-v2.0>. Acesso em: 23 de junho de 2021.